



GEOGRAFIA

O COBRE E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

OTHON FERREIRA

Não é difícil fazer uma previsão sobre futuras dificuldades do parque industrial brasileiro no que concerne a consumo de metais não ferrosos, se colocarmos em evidência a crescente necessidade e utilização dessas matérias-primas na indústria de transformação, a fraca exploração das nossas jazidas e o controle dos mercados fornecedores. Já estão, em atividade e expansão, as grandes manufaturas dependentes desses materiais, sobressaindo-se entre elas a produção automobilística, a fabricação de autopeças, geladeiras, motores elétricos, máquinas diversas, material elétrico, indústria naval, etc., todas exigindo maiores quantidades de matérias-primas, notadamente chapas. Já em 1952, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos calculava que o parque industrial brasileiro, particularmente São Paulo, teria de consumir no ano de 1960 as seguintes quantidades de metais não ferrosos: cobre, 80 mil toneladas; alumínio, 80 mil; chumbo, 43 mil; e zinco, 57 mil toneladas.

Vejam, isoladamente, a situação do cobre, matéria-prima que, como a quase totalidade dos não ferrosos, não conseguimos explorar à altura das necessidades do consumo interno, implantando objetivamente a mineração, metalurgia e refino do valioso material. Em verdade, não se pode esquecer o que vem realizando o grupo industrial

Pignatari em benefício da indústria minero-metalúrgica do cobre em nosso país, iniciativa de que daremos pormenores no decorrer do presente trabalho.

ALGUNS ASPECTOS DO COBRE BRASILEIRO

Monografia divulgada pelo engenheiro Othon Henry Leonardos demonstra que no Brasil existem várias ocorrências de cobre ramificadas em mais de uma dezena de Estados, quase todas estudadas e analisadas por técnicos nacionais e estrangeiros de renome. Segundo a citada publicação, conhecem-se há quase um século diversas jazidas do metal nos Estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, todas representando maior ou menor valor econômico. No Estado do Ceará, de acordo com a referida fonte, enumeram-se as jazidas de Pedras Verdes, Coxá, Cachorro, Serra de Cantagalo e Serra de Acarape. A mais importante é a de Pedras Verdes na encosta da Serra Grande de Ibiapaba, no município de Viçosa. É importante assinalar que desde 1857 as reservas de cobre de Pedras Verdes vêm sendo examinadas por vários engenheiros e despertando o interesse dos governantes. Dados levantados sobre as jazidas nacionais de cobre, registram que as reservas de Viçosa, no Ceará, contêm apenas um milhão de toneladas de minério, cujo teor é de 1,2%. Há quase um século são conhecidas as jazidas da citada região e só agora estão sendo dados os primeiros passos objetivos no sentido da montagem de uma usina de cobre no município de Viçosa. Interessados já entraram em entendimentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico a fim de conseguir os recursos necessários para a montagem da usina nas proximidades das jazidas de cobre do Ceará. Está programado que a montagem da usina deverá ser feita por uma empresa alemã, que concluirá a instalação em menos de cinco anos. Informa-se, por outro lado, que as análises realizadas na Alemanha com o minério de Pedras Verdes registraram promissores resultados.

Em Caraíba, no Estado da Bahia, estão as maiores reservas conhecidas de cobre do país, pois se elevam a 30 milhões de toneladas com teor um pouco abaixo do minério cearense. As jazidas dessa região, como as do Ceará e de outros Estados, registram inúmeros estudos e relatórios realizados por afamados técnicos brasileiros e estrangeiros, desde 1871 até os dias presentes. O engenheiro J. L. de Melo Jr., em relatório apresentado ao Departamento Nacional da Produção Mineral, afirma o seguinte sobre a jazida de Caraíba, no Estado da Bahia: "Trata-se de uma reserva substancial — a maior do país — de minério de baixo teor. Suas condições de aproveitamento são, porém, difíceis: a reserva superficial de minério oxidado é pequena (cerca de 45.000 toneladas de cobre recuperável), de concentração difícil, exigindo tratamento hidrometalúrgico local. Como a região é

semidesértica, ter-se-á de construir barragens para açudagem de uma quantidade substancial de água. A única fonte de suprimento de energia é Paulo Afonso, mas, para sua utilização, mister se faz a construção de uma linha de transmissão com 180 quilômetros. O minério sulfetado terá de ser concentrado localmente, mas a usina de fundição e refino ficará melhor localizada no porto de Salvador".

Adianta o aludido relatório que o aproveitamento da jazida de Caraíba exige "um grande investimento, superior talvez às possibilidades atuais da indústria privada. Por esta razão, o grupo Pignatari está procurando interessar no negócio o grupo sueco da Boliden Mining Company, a qual enviou ao Brasil, em outubro de 1955, para examinar os depósitos, o engenheiro de minas Sten-Erik Karlen, diretor da AB Zinkgruvor, de Falm, e o geólogo Olof Odman, professor do Instituto Técnico de Estocolmo".

É mister salientar, ainda, que no Estado da Bahia existem outras ocorrências do minério nos municípios de Cachoeira, Curaçá, Campo Formoso, Jeremoabo, Brotas, Queimadas, Maracás, Ituaçu e Santo Inácio.

O COBRÊ EM MINAS GERAIS E RIO GRANDE DO SUL

O Estado de Minas Gerais aparece nos quadros das reservas de cobre com algumas jazidas importantes, acrescidas de várias sem maior interesse econômico, embora registrando o elevado teor de 4%.

No Rio Grande do Sul, depois da Bahia, situam-se grandes reservas de cobre, variando entre 1 a 3,5% de teor. As duas jazidas mais importantes desta unidade da Federação são Camaquã e Seival. A propósito desses dois depósitos, merece acentuar que no ano de 1952, o então interventor Cordeiro de Farias instituiu a Companhia Brasileira de Cobre, com o capital inicial de 9 milhões de cruzeiros, subscrito numa terça parte pelo Estado, noutra terça parte pelos proprietários das duas minas citadas e na parte restante pela Laminação Nacional de Metais, que se comprometeu a instalar na estação de Hulha Negra uma usina para trabalhar eletroliticamente 15 toneladas diárias de cobre. Mais tarde o grupo Pignatari adquiriu 2/3 das ações da referida empresa mista. Presentemente, Camaquã e Seival, no Rio Grande do Sul, com a contribuição das usinas de Utinga e Itapeva, no Estado de São Paulo, são os únicos setores dedicados à mineração e refino do cobre brasileiro.

IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE COBRÊ

Estudo recentemente realizado sobre os metais não ferrosos por um grupo de interessados, sublinha que a produção brasileira de

cobre, a prazo longo, atingirá a 18 mil toneladas anuais, ou quase 80% do consumo previsto. Na realidade, entretanto, o consumo nacional de cobre está quase inteiramente restrito às importações.

Destacamos no quadro a seguir as compras brasileiras de cobre em geral, no espaço de 1948 a 1957:

Anos	Toneladas	US\$ 1.000
1948	3.394	1.734
1949	3.466	1.709
1950	21.258	10.431
1951	20.250	16.299
1952	18.975	20.711
1953	19.993	15.586
1954	34.972	25.680
1955	14.401	14.444
1956	19.733	21.303
1957	27.065	19.749

Os principais países fornecedores de cobre ao mercado brasileiro são os Estados Unidos, Japão, Rodésia e Chile, cujo total se distribui entre os portos do Rio de Janeiro e Santos. A média de importação do metal no último decênio está calculada em 18.300 toneladas, com variações bastante sensíveis. Enquanto conseguimos adquirir quase 35 mil toneladas em 1954, nos exercícios subsequentes as importações caíram a menos de um pouco mais da metade, respectivamente.

Previsões técnicas realizadas sobre a situação do importante metal não ferroso, demonstram que haverá, anualmente, um aumento no consumo brasileiro de quase 3 mil toneladas de cobre. Usando as mesmas fontes, notamos que no ano de 1956, a indústria consumiu 36.853 toneladas do produto, e, em 1957, foi previsto o consumo de quase 39 mil toneladas. Nos três exercícios imediatos, ou sejam 1958, 1959 e 1960, o consumo certamente atingirá, respectivamente, 41 mil, 44 mil e 47 mil toneladas.

Réportando-nos ao quadro das importações de cobre no período de 1948 a 1957 e considerando os problemas de ordem cambial e a inconstância do mercado mundial do metal, diante da extensão continuada do consumo interno, podemos prever o que será o agravamento da crise em que já se debate a indústria metalúrgica do país.

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE COBRE

A produção nacional de cobre, segundo dados que temos em mãos, apresenta o seguinte aspecto: a capacidade presente da usina de concentração por flutuações em Camaquã é de mais ou menos 700 toneladas por mês e sua produção é de 350 toneladas, em cálculos apro-

ximados. A jazida de Seival, na mesma área, e a sua usina de concentração têm capacidade para 100 toneladas, ou pouco mais, de concentrados por mês. No que se refere à usina de redução de Itapeva, em São Paulo, para onde são transportados os concentrados obtidos no Rio Grande, tem uma capacidade de 2 mil toneladas mensais e deve estar produzindo 700 toneladas de cobre por mês. A usina de refino em Utinga, que recebe o cobre ainda impuro de Itapeva, está com uma capacidade de produção de cobre eletroliticamente refinado da ordem de 400 toneladas mensais, mas a sua ampliação elevará a produção para 1.000 toneladas por mês.

PREÇO DO COBRE NO DISTRITO FEDERAL

Quanto ao preço de cobre em barras e chapas no Distrito Federal, de origem nacional e estrangeira, segundo **Desenvolvimento & Conjuntura**, de junho último, a média mensal, em valores absolutos, registrou valores variadíssimos no espaço de 1950 a 1958.

Observa-se, pelo demonstrativo citado, que os preços do cobre nacional e estrangeiro consumidos na indústria do Distrito Federal, atingiram a mais alta cifra no ano de 1956. Em 1957, mês a mês, os preços oscilaram entre Cr\$ 120.000,00 e Cr\$ 130.000,00. Nos quatro primeiros meses do ano em curso, notamos que existe uma constante alta do metal, passando de Cr\$ 120.000,00 para Cr\$ 170.000,00, em abril.

Faltam-nos dados sobre os preços correntes do cobre, para a indústria de São Paulo. Informações recebidas com reservas afirmam que os preços médios têm variado naquele grande centro consumidor entre Cr\$ 170.000,00 e Cr\$ 180.000,00 por tonelada.

PRODUÇÃO E CONSUMO MUNDIAIS

A produção e consumo mundiais de cobre têm, praticamente, se mantido estáveis nos últimos anos. Os números relativos à fundição atingiram nos anos de 1956 e 1957, os totais de 2 milhões e 932 mil toneladas longas e 2 milhões e 960 mil toneladas, respectivamente. No que se refere à refinação, as somas totais foram de 3 milhões e 476 mil e 3 milhões e 463 mil toneladas. O consumo, por outro lado, obteve os montantes de 3 milhões e 276 mil e 3 milhões e 263 mil toneladas, nos dois exercícios citados.

Como se vê, as três posições do cobre nas indústrias mundiais mantiveram quase os mesmos volumes dos dois períodos, com pequeno desnível no consumo.

RAPIDOS INFORMES SÓBRE O COBRE NA AMÉRICA LATINA

Informes divulgados pelas publicações técnicas das Nações Unidas, focalizando aspectos econômicos da América Latina, afirmam que em 1955 o cobre contribuiu com 66% das exportações chilenas, 11% do Peru e 9% do México. Os dois principais produtores da América Latina, — Chile e México — acusaram uma baixa nas extrações no após-guerra, sendo no caso chileno de 0,9% em média no ano e de 1% para o México. No conjunto, a América Latina registrou o des-nível de 0,5%.

Segundo as citadas fontes, no ano de 1956, a demanda do metal não ferroso, em face do decrescente ritmo da expansão econômica dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, sofreu forte baixa de preços, indo até aproximadamente aos custos médios dos produtores marginais.

Com referência à produção, o cobre latino-americano teve seu volume aumentado em 14%, em 1956, sobre os níveis do ano anterior. Assinala-se que esse aumento foi provocado pelo Chile, que fez reduzir em mais de 11% as quantidades de 1955. O Chile, por outro lado, tem prosseguido na exploração e desenvolvimento de várias jazidas novas. Recentemente, naquele país foi anunciada a construção de uma nova fundição e refinaria eletrolítica que entrará em funcionamento em 1960 e que servirá a zona central do Chile. Trata-se de iniciativa da Empresa Nacional de Fundições, que levará a efeito uma produção inicial de 20 mil toneladas de cobre por ano. O custo do projeto se eleva a 15 milhões de dólares, a ser financiado com os fundos estabelecidos na Lei n. 11.828, de maio de 1955.

CONCLUSÃO

A questão do cobre na economia estrangeira e nacional se apresenta bastante complexa e dificilmente conseguiremos reunir todos os elementos num só artigo. É trabalho que exige amplas pesquisas e mais demorado estudo, pois se apresenta sob os mais variados aspectos e minúcias.

Mas, não podemos concluir sem lembrar que o desenvolvimento econômico do Brasil, particularmente o setor industrial, que tem crescido sensivelmente nos últimos anos, exige que sejam intensificadas a mineração e metalurgia do cobre nacional. Face à conjuntura internacional, com perspectivas sombrias, a indústria nacional deve-se preparar para resistir ao conseqüente aumento das restrições do importante metal não ferroso, incluído na categoria dos estratégicos.

Não é fácil, mas o sacrifício e o esforço de muitos conseguem grandes conquistas e realizações altamente patrióticas, libertando o país dos percalços da escassez de determinadas matérias-primas.

O LAOS

OYAMA SONNENFELD DE MATTOS
Capitão-de-Fragata

PECULIARIDADES SÔBRE O REINO

Difficil conseguir-se enumerar, em bom estilo literário, as peculiaridades inerentes ao reino do LAOS. Mais difficil ainda e extremamente monótono — se realizado fôsse — seria encarar a região em tela sôbre cada setor de atividade: existem praticamente poucos eventos para cada setor e existem ainda setores em que não poderia ser considerado fato algum digno de menção.

Assim, resolvemos fazer a síntese abaixo, onde o leitor poderá melhor ter uma noção do conjunto:

(a) O LAOS é ainda um Estado tribal. Seu povo é um amálgama de várias tribos de constituição étnica variada e que não tem ainda bem enraizado em si o senso de nação. Devido à grande variação de altitude, o LAOS pode ser dividido em duas partes distintas: O LAOS do nível do Rio com menos de metade da população total e que é a parte mais civilizada e o LAOS das grandes altitudes habitado por tribos.

(b) O solo só é fértil nos vales, porém em vários pontos são encontradas pedras preciosas, ouro, minérios de chumbo e estanho, mas que jamais poderão pesar na balança econômica do reino, porque se acham em locais por onde difficilmente poderão ser construídas estradas que possibilitem a exploração econômica dos mesmos.

O arroz, o ópio, a pesca e a teca — madeira de grande durabilidade, largamente empregada em construção de casas na região — são o irrisório esteio da economia laosiana.

(c) Tem cêrca de 2 milhões de habitantes, uma superfície de... 230.000 quilômetros quadrados — pouco menor do que o Estado de São Paulo — não possui uma única estrada de ferro, o sistema rodoviário — com 3.500 milhas — é considerado bom, a navegação fluvial, principalmente no Rio MEKONG, é o mais eficiente meio de comunicação empregado no país, a despeito de sua fraca utilização na época das chuvas.

(d) Suas montanhas íngremes e florestas extremamente úmidas proporcionam um terreno onde difficilmente poderá ser travada uma GUERRA CONVENCIONAL. Por outro lado é esta a geografia mais favorável às GUERRILHAS, tipo de guerra na qual os comunistas acham-se bem treinados.

(e) Não possui pôrto e, além disto, existem somente uns poucos e muito precários campos de pouso, totalmente inadequados às operações com aviões a jato. Durante os meses de chuva, as operações com helicópteros serão praticamente as únicas prováveis, dada as condições em que ficam os campos de pouso.

(f) As chuvas, devido às monções — de maio a novembro, em geral — prejudicam quase que totalmente as comunicações internas do país e são um grande impecilho ao movimento de tropas dos exércitos regulares.

(g) A despeito do LAOS ter parte de sua fronteira — 1.225 milhas — com o VIETNAM DO NORTE e a CHINA COMUNISTA, a passagem para seu território só é possível em poucos pontos e assim mesmo dentro de grandes limitações. Não obstante, esta mesma fronteira presta-se muito às infiltrações normais dos guerrilheiros, pois oculta seus movimentos, em geral executados quase que isoladamente e, raramente, em grandes grupos.

(h) O problema Logístico é extremamente crítico para as tropas que invadirem a região, enquanto que acontece o oposto com as forças locais.

(i) É, praticamente, o único parapeito natural entre o mundo asiático comunista e o não-comunista.

(j) A queda do LAOS significará o avanço fácil dos guerrilheiros vermelhos sobre a TAILÂNDIA e a CAMBODIA, a ameaça ao VIETNAM DO SUL e à própria posição estratégica de SINGAPURA, NA MALAIA.

(1) Sofre grande influência econômico-financeira e política dos ESTADOS UNIDOS, de quem vem recebendo ajuda em todos os setores, inclusive no militar.

A INFLUÊNCIA DA OTASE

A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO SUDESTE ASIÁTICO — OTASE — também conhecido como PACTO DE MANILA, foi assinada em 8 de setembro de 1954 pelas seguintes nações: ESTADOS UNIDOS, INGLATERRA, FRANÇA, AUSTRÁLIA, NOVA ZELÂNDIA, PAQUISTÃO, TAILÂNDIA e FILIPINAS.

De um modo geral, estabelece a OTASE, além de outras coisas, a manutenção da paz dentro dos princípios da ONU; a ajuda econômica recíproca entre os signatários e a intervenção militar em caso de agressão armada, sofrida por um dos Estados componentes.

O fato de somente em caso de "agressão armada" ser sugerida a intervenção dos signatários da OTASE, deixa uma lacuna bem grande no sistema de defesa do Bloco que o apóia, uma vez que os comunistas, em geral, empregam naquela área a tática de subversão interna, insurreição, greves, propaganda e demonstrações políticas e, sob este aspecto, nada pode ser feito pela coletividade.

A OTASE não tem funcionamento contínuo que permita o estudo e a solução dos problemas regionais mais amplos e que requerem planejamento e assistência coletiva permanente.

Além do mais, a OTASE não inclui os países mais importantes da ÁSIA naquela área, tais como ÍNDIA, MALAIA, INDONÉSIA e BURMA, pois estes não desejam ser signatários de um tratado em que figura os ESTADOS UNIDOS, quando alguns deles ainda têm tendências neutralistas e outros são visivelmente comunistas.

Por sua vez, a presença da FRANÇA e da INGLATERRA, nações com tendências colonialistas, afasta da OTASE alguns países NEUTROS e que não desejam a influência dos mesmos no sudeste asiático pelos seus antepassados de colonizadores.

Enquanto a NATO tem um comando supremo, a OTASE dificilmente poderá tê-lo, pois não só a disputa entre os signatários para ocupar tal posto é muito grande, como também não convém ao BLOCO OCIDENTAL a formação de um organismo militar desta espécie naquela região: geraria uma grande agitação política entre os não signatários do tratado.

A NATO é composta de nações vizinhas, umas às outras, ou com grandes facilidades de comunicações entre si. Na OTASE, as nações signatárias acham-se praticamente isoladas e isto não permite uma corporação efetiva entre elas.

Por outro lado, alguns membros da OTASE têm interesses ligados a outras nações extra-organização e este fato vem perturbando muito os trabalhos do organismo. A INGLATERRA, por exemplo, tem uma política bem amistosa com a CHINA COMUNISTA e a FRANÇA tem interesse não só em continuar suas negociações com o VIETNAM DO NORTE como também em hostilizar o VIETNAM DO SUL, que é anticomunista.

Como se verifica, apesar da OTASE ser indubitavelmente um tratado de grande importância para o sudeste asiático, ele acha-se repleto de falhas que o tornam um instrumento jurídico pouco eficaz.

Não obstante, a OTASE tem também seus méritos, pois não só é ele — ainda que muito elementarmente — o embrião de um mecanismo político-militar capaz de, em pouco tempo, se necessário fôr, coordenar todas as ações anticomunistas no sudeste asiático, como também é o único elo de ligação daquela área com as nações do BLOCO OCIDENTAL.

Mas, muito há ainda a fazer neste setor para que o mundo livre possa realmente gozar de maior prestígio no sudeste asiático e possa ter uma força permanente organizada aos moldes da NATO, com apreciável poder combatente para fazer frente às ameaças regionais do BLOCO COMUNISTA.

LÍDERES EM FOCO

SAVANG VATHANA — Atual rei do LAOS e que se acha no poder desde 1958 quando seu pai faleceu. Jamais conseguiu manter sua autoridade no país. Aceita normalmente a orientação dada pelos ESTADOS

UNIDOS e procura sempre se afastar dos assuntos políticos do reino. Recentemente, dada a linha de ação seguida pelo Ex-primeiro-Ministro SOUVANNA PHOUMA, vem mantendo uma atividade de neutralismo.

BOUN OUM — Príncipe e Primeiro-Ministro do atual governo, visivelmente apoiado pelos ESTADOS UNIDOS. Subiu ao poder depois que o Primeiro-Ministro em exercício SOUVANNA PHOUMA fugiu em dezembro de 1960 para a CAMBODIA e as forças do General PHOUMI expulsaram KONG LE da Capital do país. É membro de uma família real de grande prestígio no país, mas não tem o menor interesse pela política do país.

SOUVANNA PHOUMA — Príncipe e líder intransigentemente neutralista. Foi Primeiro-Ministro de 1956 a 1958 e, por pouco tempo, em 1960. Foi deposto pelo General PHOUMI, tendo fugido para a CAMBODIA. É muito considerado pelo povo de seu país e, acredita-se, que seja ele o único homem forte capaz de restaurar a unidade do reino. Os RUSSOS e o PATHET LAOS ainda o consideram Primeiro-Ministro em exercício, apesar de se achar no exílio.

SOUPHANOUVONG — Príncipe e meio irmão de SOUVANNA PHOUMA. Líder comunista que comanda o grupo de guerrilheiros PATHET LAOS em ação nas províncias do norte do LAOS. Negou-se integrar suas tropas e províncias como parte do reino, fato este que é grandemente responsável pela atual situação reinante.

PHOUMI NOSAVAN — General de grande prestígio na atual conjuntura. Foi apoiado pelos ESTADOS UNIDOS, de onde recebeu ajuda econômica, técnica e militar para manter em suas mãos uma força armada bem poderosa. Depôs o Primeiro-Ministro SOUVANNA em 1960 e lutou contra todas as tendências de neutralismo do reino. É atualmente o candidato do Legislativo a Primeiro-Ministro.

KONG LE — Capitão pára-quedista que, em 1960, colocou-se ao lado do Primeiro-Ministro SOUVANNA PHOUMA para pôr fim à interferência estrangeira no reino do LAOS. Sendo derrotado, juntou suas forças às do Príncipe SOUPHANOUVONG, aumentando, assim, o efetivo do PATHET LAOS.

EVOLUÇÃO DOS ACONTECIMENTOS

Sem grande prejuízo para o leitor, podemos iniciar o estudo de evolução dos acontecimentos que culminaram com a atual situação, pelos fatos que tiveram efeito, em 1893, naquela região.

Antes da data acima, a autonomia do LAOS vinha sendo mantida quase que inabalável a despeito da aversez imperialista de seus vizinhos.

Não obstante, a FRANÇA, após várias expedições militares conseguiu — a 3 de outubro de 1893 — por intermédio de seu Ministro plenipotenciário na TAILÂNDIA, incorporar o LAOS à INDOCHINA FRANCESA, tornando-se ela um protetorado da FRANÇA.

Do princípio do século XX até a fase inicial da II GRANDE GUERRA, o LAOS viveu praticamente dentro de um clima de tensão interna, mas sob controle absoluto da FRANÇA.

Com a queda da FRANÇA, em 1940, os indochineses iniciaram um movimento para reconquista de sua independência, já inteligentemente prometida e preparada pelos japoneses durante os anos em que aquela região esteve sob a ocupação nipônica.

Terminada a guerra, quando os japoneses se retiraram, não só o povo do LAOS, como também toda a INDOCHINA, iniciaram uma luta sem tréguas, para a conquista das suas respectivas independências, não obstante, somente em 1954, após a FRANÇA os exaurir financeiramente e perder a fina flor de sua juventude numa luta inglória e quase sem precedentes, aquelas repúblicas conseguiram suas respectivas independências.

Com a retirada dos franceses, motivada pela proclamação da independência, a INDOCHINA novamente se fragmentou e tornou a ser, como antes, um conjunto de países independentes, chamado por muitos de DOMÍNIO ASIÁTICO. Desapareceu o REINO DO ANAM, absorvido pelos demais; TONQUIM, cuja Capital era HANOI, somando mais de 15 milhões de habitantes, com tendências socialistas, tornou-se o VIETNAM DO NORTE ou VIETMINN; a antiga COCHINCHINA, cuja Capital é SAIGON, com cerca de 13 milhões de habitantes, incorporada à grande parte do território do antigo REINO DO ANAM tornou-se o VIETNAM DO SUL, com tendências anticomunistas e, finalmente é formado o REINO DO LAOS, nitidamente neutralista.

Mas a instabilidade político-social da região gerada pela pluralidade de tendências achava-se abalada e como primeira tentativa de solução, foi realizada, em 1954, uma conferência em GENEVRA onde, entre outras decisões, ficou assentado que o reino do LAOS ficaria sob a égide de uma Comissão Internacional de Controle, composta de delegados do GANAIA, INDIA e POLÔNIA.

Desde aquela conferência, entretanto, o LAOS vem sendo teatro de grandes perturbações internas que vêm abalando o sudeste asiático pela importância que ele representa no equilíbrio entre o mundo asiático comunista e o não comunista.

AS GRANDES CRISES

De um modo geral, de 1954 até hoje, o LAOS sofreu quatro grandes crises. A primeira delas durou quatro anos tendo começado com a CONFERÊNCIA DE GENEVRA em 1954 e terminado com a resignação — a 22 de julho de 1958 — do Primeiro-Ministro Príncipe SOUVANNA PHOUMA.

Durante o período acima considerado, o governo do LAOS tentou manter-se na linha do neutralismo absoluto, mas o PATHET LAO —

fôrça de guerrilheiros, nitidamente comunista, agindo nas províncias do norte sob o comando do Príncipe SOUPHANOUVONG — não só não concordou com a fusão de suas tropas com as do Exército Imperial, como também não aceitou a integração de suas províncias no sistema constitucional vigente. A COMISSÃO INTERNACIONAL DE CONTRÔLE abandonou o país e os comunistas começaram a sabotar de tal maneira a colaboração já iniciada entre os elementos políticos em litígio dentro do LAOS, que o "premier" SOUVANNA PHOUMA resignou ao seu mandato.

A segunda fase teve sua duração aproximadamente de dois anos e foi caracterizada pela política anticomunista do General PHOUMI, homem forte que fazia parte do Gabinete e que conseguiu, com que o governo denunciasse os acordos de GENEVRA, aceitasse a colaboração militar dos ESTADOS UNIDOS e combatesse enérgicamente o PATHET LAO.

A terceira fase começa a 9 de agosto de 1960, quando o Capitão pára-quedista KONG LE dá um golpe de Estado e o Príncipe SOUVANNA PHOUMA assume novamente o poder. Durante cerca de quatro meses o novo Primeiro-Ministro tentou formar uma coalizão com os elementos da direita e da esquerda, mas a falência completa no estabelecimento de um bloco interno fez com que o General PHOUMI levantasse as tropas do Sul contra PHOUMA, que só teve a seu favor, o apoio de KONG LE e do PATHET LAO. A 9 de dezembro do ano passado, SOUVANNA PHOUMA vendo-se irremediavelmente perdido fugiu para a CAMBODIA onde continua a ser considerado, pelos comunistas, como o verdadeiro "premier" do LAOS. Pouco depois deste fato, as forças de PHOUMI expulsaram KONG LE da Capital administrativa do país — VIENTIANE — e fizeram Primeiro-Ministro o Príncipe BOUN OUM.

A quarta e última fase começa, pois, em fins de 1960 com os comunistas senhores da situação militar. Usando o VIETNAM DO NORTE como ponto de apoio às suas operações e empregando armas recebidas da RÚSSIA, o PATHET LAO consolidou-se integralmente em três províncias do norte e ocupou a estratégica planície central do LAOS. A situação no momento é tal que o Primeiro-Ministro DOUN OUM já admite que as forças comunistas cortaram as comunicações entre a Capital do país — VIENTIANE — e a antiga cidade LUANG PRABANG, velha Capital do império, podendo, a todo momento, o reino entrar em grave colapso.

Dentro do cenário acima exposto, a RÚSSIA propôs a restauração da COMISSÃO INTERNACIONAL DE CONTRÔLE e a efetivação de uma nova CONFERÊNCIA EM GENEVRA. O "premier" BOUN OUM rejeitou totalmente as idéias soviéticas. A ÍNDIA, a CAMBODIA e a INGLATERRA também fizeram várias propostas ao governo de LAOS, mas todas elas foram rejeitadas.

Enquanto isto o Presidente dos ESTADOS UNIDOS, JOHN KENNEDY, não só está enviando esforços no sentido de conseguir a inte-

gração do LAOS e da CAMBODIA como membros da ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO SUDESTE ASIÁTICO, OTASE, como também desvia parte de suas forças estacionadas no JAPÃO, na FORMOSA e em outros pontos do PACÍFICO para as proximidades do LAOS. A RÚSSIA adverte seriamente aos ESTADOS UNIDOS sobre as conseqüências de sua intervenção militar direta naquela região e, ao mesmo tempo, desloca o centro das suas atenções políticas para aquela região.

A CONJUNTURA ATUAL

Dada a situação extremamente favorável em que se encontram as forças comunistas no LAOS, com mais de 8.000 homens bem treinados e a inferioridade do General PHOUMI, quer em posição quer em poder, o BLOCO OCIDENTAL acredita que a solução do problema só poderá ser satisfatória se houver um auxílio maciço por parte, principalmente, dos ESTADOS UNIDOS.

Os Ministros do Exterior das potências signatárias da OTASE, acham-se reunidos em BANGKOK, tendo os representantes dos ESTADOS UNIDOS, do PAQUISTÃO, das FILIPINAS e da TAILÂNDIA proposto a intervenção militar da OTASE no LAOS, se necessário fôr. A FRANÇA e a INGLATERRA não se decidiram ainda sobre este assunto, apesar de também serem signatários daquele tratado.

A RÚSSIA propôs novamente a cessação do fogo e uma reunião de 14 nações asiáticas, mas tal situação não interessou ao LAOS nem ao BLOCO OCIDENTAL, pois poderia ser explorada pelos comunistas não só na ampliação de sua zona de influência como também na subversão de seus inimigos.

Assim, numa nova investida, e logo após o fracasso da proposta acima, a RÚSSIA acaba de entregar ao BLOCO OCIDENTAL uma nota defendendo, em síntese, os pontos de vista abaixo, julgados por ela indispensáveis à manutenção da paz naquela região:

- (a) Respeito integral à unidade e integridade do LAOS.
- (b) Convocação de uma comissão internacional para controle e observação.
- (c) Restabelecimento da autoridade do Primeiro-Ministro neutralista SOUVANNA PHOUMA, destituído pelos monarquistas.
- (d) Negociações entre as várias facções políticas laosianas para a harmonização das mesmas, em benefício da independência nacional.
- (e) Ajuda internacional desinteressada que permita a reconstrução do país.

Com base no que já foi dito anteriormente, podemos dizer, desde já, que vários quesitos acima não serão aceitos pelo BLOCO OCIDENTAL e, tal atitude, fatalmente, irá aumentar a tensão no LAOS, muito embora, no momento, ela seja de relativa e aparente calma.

CONCLUSÕES

Antes de expormos nossas conclusões, podemos dizer com toda segurança que:

(a) O LAOS é um problema que está preocupando grandemente os dois BLOCOS, pois não só não interessa aos ESTADOS UNIDOS que os comunistas ocupem aquela região, como também à RÚSSIA interessa não só que os ESTADOS UNIDOS não ocupem aquela área como também que a CHINA COMUNISTA não tome a iniciativa das operações e venha a se apoderar da tão importante posição estratégica, capaz de pôr em perigo a influência RUSSA no sudeste asiático. A recíproca também é verdadeira, em relação à CHINA COMUNISTA e a ocupação daquela região por parte só da RÚSSIA.

(b) Por sua vez, à RÚSSIA também interessa, até certo ponto, que os ESTADOS UNIDOS mantenham-se em ação naquela região, pois, assim, evitará que a CHINA COMUNISTA, que desfruta de melhor posição para a conquista do LAOS, se apodere da região antes dela. Ainda desta vez a recíproca também é verdadeira em relação à CHINA COMUNISTA temer que a RÚSSIA se apodere do LAOS.

(c) Aos ESTADOS UNIDOS interessam, cada vez mais, tirar partido de tal situação de modo a aumentar a competição entre a RÚSSIA e a CHINA COMUNISTA naquela área.

Em face do exposto, concluímos que o problema do LAOS:

(a) Virá pôr em prova as relações, já meio estremecidas, entre a RÚSSIA e a CHINA COMUNISTA.

(b) Obrigará, fatalmente, os ESTADOS UNIDOS a uma intervenção militar mais realística para evitar a queda de tão importante posição estratégica.

(c) Proporcionará ao BLOCO OCIDENTAL a oportunidade de não só prestigiar mais a OTASE, como também ampliá-la em área atraindo para si novos membros.

(d) Finalmente, dará nova oportunidade à FRANÇA e à INGLATERRA para se definirem definitivamente sobre suas respectivas linhas políticas no sudeste asiático, lançando-as mais profundamente no problema.

São estas as informações que logramos colher, os comentários que ousamos fazer e as conclusões a que nosso raciocínio chegou dentro da situação reinante no LAOS em fins de abril deste ano.

O INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO

MIGUEL LEÓN-PORTILLA

Quatro séculos depois da chegada dos europeus, inúmeras características dos tempos pré-colombianos ainda tornam inconfundível a fisionomia da América. Na verdade, milhões dos americanos de hoje são descendentes de espanhóis, portugueses, ingleses e outros povos do Velho Mundo. Mas, ao lado deles, existem grandes massas culturais e étnicamente mistas, bem como mais de vinte e cinco milhões de índios, descendentes dos americanos genuinamente mais velhos.

O índio deixou de muitos modos a sua marca na América. Os maravilhosos monumentos arqueológicos do México, da América Central e da vasta região andina testemunham as realizações das antigas e altas culturas índias. Há ainda os excelentes trabalhos dos artífices índios do presente, os pitorescos e tradicionais festivais dos índios, bem como as línguas e os costumes indígenas que sobrevivem. É impossível dizer exatamente quantos índios existem nos vários países americanos, mas os resultados dos recenseamentos oficiais e os estudos dos antropólogos permitem cálculos aproximados. Em números redondos, há quase 700.000 no Canadá e nos Estados Unidos. Cerca de 10 milhões vivem no México, sendo classificados como índios com base em parte na língua, mas, principalmente, nas características culturais. A Guatemala tem mais de dois milhões; o resto da América Central, 400.000; e a Venezuela, a Colômbia e o Equador, juntos, quase dois milhões. Nove milhões aproximadamente vivem na região andina e nas selvas do Peru e da Bolívia; 350.000 no Chile e na Argentina, juntos; e quase um milhão e meio nas selvas do Brasil, do Paraguai e das Guianas.

É fácil ver que o baixo padrão de vida desses milhões de índios constitui imenso problema. Mas, não foram os índios que o criaram. Seja qual for o juízo que se tiver da Conquista e das várias formas de colonização em nosso Hemisfério, será preciso reconhecer que os mais prejudicados foram os índios. De acordo com a expressiva queixa de uma canção asteca do tempo da Conquista, quando a velha maneira de viver foi destruída, "a única herança foi uma rede feita exclusivamente de buracos". Prova evidente disso são os milhões de índios cujas atuais condições sanitárias, educacionais, econômicas e sociais reclamam urgente melhoria.

Sem dúvida, houve inesquecíveis esforços feitos em favor dos índios por figuras extraordinárias da era colonial, entre outros Don Vasco de Quiroga e Frei Bartolomé de Las Casas. Também não se pode deixar de lado a atitude um tanto idealista e romântica dos recém-independentes governos americanos, julgando que bastava proclamar a igualdade jurí-

dica dos índios para assegurar-lhes a igualdade no plano prático. Houve também muitos esforços individuais, na sua maioria de considerável valor, inclusive a obra realizada no princípio deste século em benefício das tribos intocadas de índios das selvas brasileiras pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e pelo Serviço de Proteção aos Índios, do Brasil, por ele chefiado. Mas, não houve empreendimento dessa natureza em escala hemisférica.

As primeiras providências específicas para um programa interamericano de ajuda à população aborígine de todo o Hemisfério foram tomadas na VIII Conferência Interamericana, que se reuniu em Lima, no Peru, em 1938. Dali se originou a I Conferência Índia Interamericana, realizada em abril de 1940 na pitoresca cidade de Pátzcuaro, no Estado de Michoacán, no México. Compareceram delegados de treze nações e houve alguns representantes de grupos indígenas.

A criação do Instituto Indigenista Interamericano foi o resultado mais importante dessa primeira discussão interamericana dos problemas índios. Cabia-lhe a missão de promover o estudo científico das condições de vida da população indígena visando à sua melhoria total. O Instituto começou a funcionar em princípios de 1942, com sede na Cidade do México, sob a direção do homem que tem sido chamado "pai da antropologia mexicana", Dr. Manuel Gamio, que iniciou o processo integral de estudo dos grupos humanos no México.

Dentro em breve, os países americanos que tinham populações índias ratificaram o acôrdo concluído em Pátzcuaro e ingressaram na nova organização. Mais importante ainda, fundaram-se institutos índios nacionais para proporcionar um meio permanente de executar medidas destinadas a modificar as condições de vida dos grupos indígenas locais. Financeira e administrativamente independentes do III, as filiais nacionais trabalham em estreita colaboração com ele e entre si, planejando novos programas e trocando informações sobre projetos em andamento e resultados de pesquisas. Essas filiais funcionam atualmente na Bolívia, Colômbia, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela. Em outros países-membros, há serviços de índios, muitos deles oficiais, que colaboram, como acontece na Argentina, no Brasil, nos Estados Unidos e no Uruguai. Examinemos o balanço desses dezoito anos de trabalho interamericano.

As publicações constituíam um caminho natural para essa nova e coordenada orientação sobre os problemas índios. A revista trimestral do Instituto, *América Indígena*, redigida parte em inglês e parte em espanhol, vem aparecendo regular e pontualmente durante esses dezoito anos, divulgando os principais estudos, projetos e pesquisas realizados sobre os aborígenes americanos. Suplementado-a, há um boletim de informações, *Boletim Indigenista*, publicado ao mesmo tempo em espanhol, português e inglês, que dá notícia de tudo o que se está fazendo em relação aos índios em cada qual dos países da América. Entre as outras publicações do Instituto, encontram-se uma compilação da legislação

sobre os índios nos diversos países, manuais bilíngües para alfabetização nas línguas indígenas e manuais de saúde.

Os institutos nacionais filiados nos diversos países se vêm aproveitando desse material e utilizando-o com proveito. No México, por exemplo, há cinco centros regionais do Instituto Nacional do Índio espalhados através do país: entre os Tarmaures, nas montanhas de Chiuhahua; entre os Mixtecs, em Oaxaca; entre os Mazatecs, no Vale de Papaloapan; na região dos Tzeltal-Tzotzil de Chiapas e entre os Maias no Iucatã. Estendem-se assim para influir na vida de milhares de habitantes indígenas. O Centro de Coordenação Tzeltal-Tzotzil, situado na

áspera região montanhosa de Chiapas, no extremo sul do México, entre cerca de 120.000 índios desses dois grupos, constitui um bom exemplo do trabalho executado.



Meninos índios Otomis do vale de Mezquital, no México

Em Ciudad Las Casas, assim chamada em homenagem ao famoso protetor dos índios, fica a sede do Centro de Coordenação. Ali, antropólogos, médicos, engenheiros agrônomos, professores, técnicos em higiene e outros profissionais e técnicos especializados trabalham juntos, num programa articulado. As pessoas bilíngües do grupo mestiço servem como enfermeiras, oficiais de saúde, inspetores escolares e assim por diante. Há uma clínica

médica, aberta aos índios da região; há culturas experimentais e unidades-padrão de criação de galinhas e porcos. É de particular importância a escola de treinamento para jovens índios e índias que serão os agentes mais diretos de transformação cultural, fornecendo o elo entre os antropólogos e técnicos, de um lado, e a população indígena, do outro. Esses jovens, bilíngües, alfabetizados e indígenas da região, de preferência com o curso primário completo, fazem cursos de dois meses que abrangem conceitos essenciais de pronto socorro, técnicas agrícolas, ensino, cooperativas e certos ofícios e especialidades.

Depois, voltam para as suas comunidades, a fim de ali ensinar as novas técnicas.

Seis dêsses "promotores", como são chamados, se dedicam a organizar espetáculos de marionetes como instrumentos de ensino. Sob a direção de pessoal técnico, escrevem pequenos atos cômicos nas línguas indígenas e os levam à cena em localidades remotas para demonstrar idéias novas sobre higiene doméstica, alimentação ou lavoura, por exemplo.

O Centro de Coordenação serve também de local de estudos práticos para estudantes graduados de Antropologia e Sociologia. Muitos dêles, da Escola Nacional de Antropologia e História da Cidade do México, têm ali trabalhado, havendo presentemente três do programa de treinamento avançado em ciências sociais aplicadas (Projeto 104) do Programa de Cooperação Técnica da OEA. Um dêles é um assistente social do Chile, outro, o diretor nacional das cooperativas na Bolívia, e o terceiro, um advogado de Bogotá que ensinará Antropologia e Direito Penal na sua terra.

Uma rede de estradas especialmente construídas se irradia do Centro de Coordenação para os quatro subcentros nas montanhas, numa extensão de mais de 150 quilômetros. Nos postos das montanhas, há clínicas, escolas e fazendas-modelo. Ali, técnicos, antropólogos e "promotores" indígenas vivem com o povo do lugar. De cada um dos subcentros, por sua vez, partem caminhos para inúmeras estações menores, formando uma rede que cobre até os pontos mais remotos.

Talvez o aspecto mais interessante desse programa de ação para os índios seja a filosofia que o orienta: os próprios índios é que são pouco a pouco persuadidos a trabalhar voluntariamente para dominar as deficiências da sua maneira de viver. Quando vêem as novas casas, os novos métodos de lavoura, os benefícios em matéria de saúde e de educação, as vantagens trazidas pelas novas estradas, os índios começam a sentir não apenas o desejo, mas uma real ansiedade de obter todos esses benefícios. É freqüente chegarem grupos de regiões distantes para oferecer a sua ajuda na abertura de uma nova estrada ou na construção de uma escola de uma clínica.

Hoje em dia, esses indígenas de Chiapas, descendentes dos antigos Maias que criaram uma grande cultura, alimentam a esperança de nova transformação, baseada em realizações tangíveis. A força latente desse extraordinário povo estava apenas à espera de um pouco de ajuda para vencer dificuldades acumuladas através dos séculos, para libertar-se afinal da velha "rede de buracos" e assumir o seu lugar como parte de uma grande nação, na qual tem também importante papel a desempenhar.

Na América Central e Meridional, centros integrados semelhantes se vêm organizado. O Instituto Nacional Índio da Guatemala começou a agir em Tactic, em Alta Verapaz, na Guatemala, em 1959. Executa ali um programa de alfabetização, empregando cartazes bilingües em poconchi e espanhol, tendo sido abertas quatro escolas com a cooperação dos índios. Uma clínica tem prestado bons serviços, vacinando

as crianças e atendendo mais de 1.200 pacientes adultos, ao mesmo tempo que se fazem latrinas sanitárias e se proporciona água potável garantida a várias aldeias. O instituto guatemalteco está também introduzindo novas culturas e novos métodos agrícolas, e exibindo filmes para explicar o emprêgo de adubos e inseticidas. Um vasto programa de ajuda aos índios da área alta dos Andes acha-se em andamento no Equador, Peru e Bolívia, com a participação conjunta da ILO, da UNESCO, da OMS e da FAO, tratando principalmente da educação, da agricultura, das artes manuais, da habitação e de outros assuntos fundamentais. No Brasil, o Serviço de Proteção aos Índios continua a obra de pioneiro do Marechal Rondon, criando inúmeros postos na selva amazônica, para ajudar os habitantes das matas, num programa que os outros países sul-americanos com problemas semelhantes fariam bem em imitar.

O Instituto Indigenista Interamericano, trabalhando em íntima ligação com os seus filiados nacionais, tem lançado várias outras espécies de projetos de pesquisa e de ação. Alguns tratam da saúde: um estudo dos problemas sanitários dos índios Mosquitos, da Nicarágua; o problema da oncocercose, doença causada por vermes nematóides que tem provocado cegueira em centenas de índios em Chiapas e na Guatemala; as campanhas dedicadas a um dos mais importantes aspectos da vida humana — a assistência às gestantes e os cuidados especiais exigidos durante o parto pelo recém-nascido. Para atender a essa necessidade, dedicados auxiliares locais permitiram ao Instituto distribuir, até nos mais remotos distritos, uma publicação pequena mas valiosa, o *Manual das Parteiras Rurais*, do Dr. Leo Sloesser. Escrito em linguagem simples



Mulheres Cunas do Panamá dão uma lição de leitura, enquanto uma antropóloga do Instituto Indigenista Interamericano observa

e clara, fartamente ilustrado e publicado em espanhol, português e inglês, o manual tem servido para treinar milhares de parteiras índias. O Instituto já distribuiu mais de 50.000 exemplares da obra.

Outro projeto intimamente relacionado com este é a investigação sobre as condições de vida da mulher índia. Infelizmente, a situação dela é quase sempre mais difícil do que a do homem do seu grupo. Cabem-lhe na maioria dos casos os trabalhos mais pesados; além das tarefas domésticas, têm freqüentemente de ir buscar e trazer água e lenha de lugares afastados. É ela que cuida dos animais e, em alguns lugares, também fica a seu cargo o serviço no campo, quando o marido vai trabalhar durante a safra em alguma fazenda distante. Privada de socorro médico, assiste em silêncio às doenças e à morte dos filhos. Para atenuar tão penosa situação, o Instituto vem mandando mulheres treinadas em assuntos de antropologia e saúde estudar as comunidades índias — os Quíchuas, no Peru, os Cunas, no Panamá, e os Naus, no México — para formular um plano de ajuda às índias. As suas observações confirmaram a urgente necessidade do programa das parteiras e mostraram que a alimentação das índias é, em geral, ainda menos apropriada do que a dos homens, principalmente no período da gravidez.

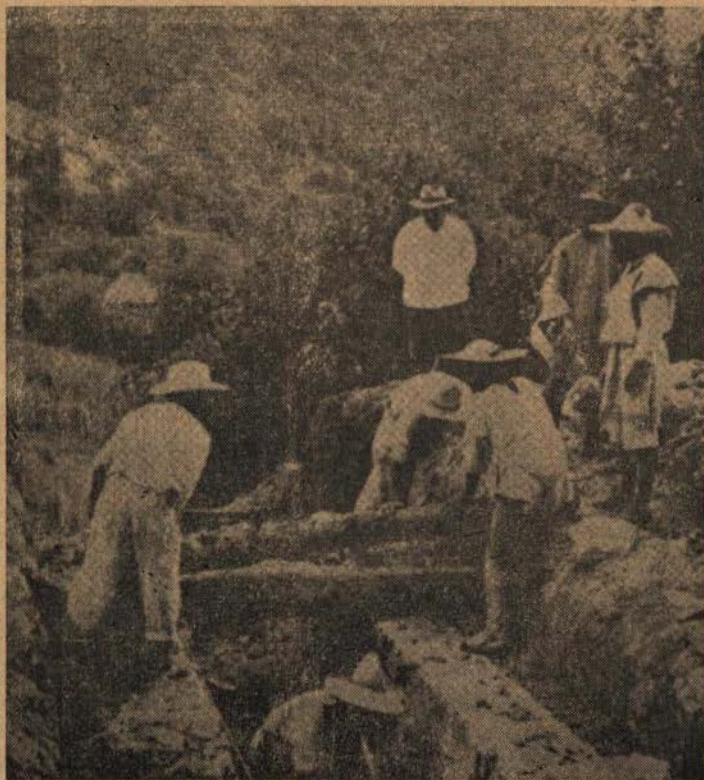
É verdade que entre os Cunas as mulheres gozam de certas prerrogativas que as suas irmãs de outros países não têm, provavelmente em consequência de uma organização matriarcal da sociedade, e que desapareceu. Apesar disso, têm de carregar água, muitas vezes de poços distantes, de lavar a roupa da família nos rios, de rachar os côcos e espalhar a copra para secar ao sol, de tecer as rédes, de fazer as roupas e de servir aos maridos quando voltam das pescarias ou das caçadas. Várias dessas tarefas podem ser aliviadas por meio de água potável encanada para as suas casas, da organização de centros de costura nas comunidades e de outros melhoramentos simples, de que está cogitando agora o Instituto Índio do Panamá. Sugestões semelhantes vêm sendo transmitidas a outros países onde as índias têm de enfrentar dificuldades dessa ordem.

Por sua vez, os especialistas em assuntos índios de todo o Hemisfério, convocados pelo Instituto Indigenista Interamericano, se entregam a verdadeiros exames de consciência durante as reuniões índias interamericanas que se realizam periodicamente. Ali, discutem problemas, sucessos e fracassos, ao mesmo tempo que trocam informações. As três primeiras conferências se realizaram em Pátzcuaro, no México, Cuzco, no Peru, e La Paz, na Bolívia. A quarta reuniu-se na capital da Guatemala, em 1959.

Na reunião da Guatemala, cinco comissões trataram, respectivamente, dos aspectos biológicos, econômicos, educacionais e legais, bem como da questão da integração social da população índia. Afirmou-se repetidamente a necessidade de ouvir representantes genuínos dos povos indígenas, para contar o que sabem de experiência própria, sendo ao mesmo tempo plenamente informados dos esforços tendentes a melhorar a sorte do seu povo.

O Instituto apresentou dois importantes projetos novos nessa conferência. O primeiro refere-se aos vários grupos índios que estão agora a caminho da extinção. Entre os mencionados, figuram os Alacalufes, da Terra do Fogo; os Lacandões, do Estado de Chiapas, no México; e numerosos grupos das selvas do Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, Paraguai e Venezuela— todos, em virtude de doenças ou abandono e outros infortúnios, reduzidos a algumas últimas almas.

Antes de mais nada, é preciso investigar a causa do rápido declínio desses povos. Do ponto-de-vista cultural, é essencial não deixar que esses últimos sobreviventes se percam em virtude da indiferença geral. Por fim, o contato com esses grupos em via de desaparecimento nos dará informações que serão valiosas para estudos posteriores de etnologia e antropologia aplicada.



Índios Tzeltal voluntários constroem uma ponte na estrada para uma remota aldeia de montanha em Chiapas

No caso dos Lacandões, já foi feito um estudo da sua situação atual, confiado a técnicos nesse grupo isolado. O trabalho de campo mostrou que várias doenças dantes desconhecidas entre eles, tais como o resfriado

e o sarampo, contribuíram para dizimá-los. Foram também vítimas de estranhos que não apenas levaram tais doenças, mas também estimularam vícios nocivos, como o alcoolismo, muitas vezes pagando com bebidas alcoólicas o fumo adquirido aos índios. A solução proposta é fixar os Lacandões dispersos numa colônia à beira de um rio, desde que eles são pescadores entusiásticos, e assegurar a venda controlada das suas safras de fumo por um preço justo. Com o auxílio do Instituto Nacional Índio do México, o III espera tornar realidade a salvação desse núcleo humano.

O outro projeto é a ampla divulgação, através das Américas, em publicações populares mas corretas, dos grandes tesouros do legado cultural pré-colombiano. Temos a esperança de que, quanto mais os elementos não-índios da população conhecerem as idéias e as realizações dos primeiros construtores de cultura em nosso Hemisfério — os Maia-Quichés, os Incas, os Nauas e os seus contemporâneos — tanto mais interesse terão pela melhoria das condições de vida dos seus atuais descendentes. O III tem publicado várias obras desse gênero.

Os especialistas em assuntos índios da América ainda têm muito o que fazer. Há necessidade de mais apoio da parte de alguns governos americanos, de outras organizações e também dos indivíduos. A melhoria das condições de vida de vinte e cinco milhões de seres humanos exige o trabalho em cooperação. De qualquer maneira, há uma organização internacional que, sem procurar prestígio político, emprega todos os recursos de que dispõe para alcançar esse objetivo. E em todas as nações americanas que têm populações índias, há organizações nacionais empenhadas nessa tarefa.

O Instituto, agindo como um organismo especializado da OEA e cooperando estreitamente com outras instituições internacionais e nacionais, continua a sua obra, a despeito de uma infinidade de problemas e dificuldades. A possibilidade de completo desenvolvimento cultural nas Américas depende de maneira considerável dos resultados dessa nova espécie de ação humanitária e integrada em favor dos índios. É por isso que julgamos que todos os cidadãos de todos os países do Hemisfério têm, não só o direito, mas também o dever de interessar-se pela situação desses milhões de irmãos nossos. Todos são convidados a participar, ao menos com o seu interesse, na tarefa ingente de melhorar as condições de vida desses primeiros americanos.

POSSIBILIDADES COMERCIAIS DO BRASIL NA ÁFRICA ORIENTAL BRITÂNICA

KÊNIA, TANGANICA E UGANDA

O comércio entre a África Oriental Britânica (Kênia, Tanganica e Uganda) e o Brasil cinge-se, por enquanto, aos seguintes produtos: castanha do Pará, graxas animais e vegetais, remédios (quinino) e produtos farmacêuticos e "bijouteria". A castanha do Pará, que em 1958 constituiu cerca de 3/4 (três quartos) da importação total proveniente do Brasil, é, por larga margem, o mais importante produto brasileiro importado. A "bijouteria" teve boa aceitação em 1956, mas em 1958 seu comércio desapareceu completamente.

A exportação da África Oriental para o Brasil, que consiste principalmente em marfim, chifre de rinoceronte e outros "produtos animais crus", é ainda menor que a importação.

O comércio externo da África Oriental Britânica é regido por Decretos de Controle de Importação e Exportação que se aplicam separadamente a cada um dos três territórios: Kênia, Tanganica e Uganda. Eles são, entretanto, muito semelhantes.

Esses decretos se baseiam na Tabela de Tarifas Alfandegárias da África Oriental ("East African Customs Tariff Schedule"), e os territórios citados formam a União Alfandegária da África Oriental. ("East African Customs Union").

Quase todos os produtos estão sujeitos a licenças. Mesmo aqueles que estão isentos se enquadram nas chamadas licenças gerais abertas ("open general licences"). O tipo de licença requerida depende da categoria do produto e do país de origem. Há quatro grupos principais de países, e cada um recebe tratamento levemente diverso:

- 1 — Zona da libra esterlina;
- 2 — Países da OCEE (Organização da Cooperação Econômica Europeia) e alguns países especificados, inclusive o Brasil;
- 3 — Países da área do dólar;
- 4 — Outros, especialmente países comunistas e também o Japão, Coreia, Indonésia e Pérsia.

Para os primeiros três grupos (Brasil inclusive) a maioria dos produtos pode ser importada com "licença geral aberta". A lista de certos produtos especificados, que necessitam de licença específica, é maior para os países da OCEE do que para os da área esterlina. Para a área do dólar, essa lista é ainda maior. Dentre as mercadorias geralmente importadas do Brasil, as graxas animais e vegetais e a "bijouteria", precisam de licença especial.

A exportação, como já foi dito, é controlada por Decretos de Controle de Exportação dos três territórios da África Oriental Britânica. Há também vários decretos que se aplicam a certos produtos especiais. Não há tratados formais de comércio ou pagamento entre o Brasil e esses países, nem há acordos para negócios de compensação. Existe, entretanto, uma espécie de comércio triangular no que diz respeito à castanha do Pará, que é importada em quantidade muito maior do Reino Unido do que diretamente do Brasil.

Os direitos são iguais para os produtos de diferentes origens.

Os impostos "ad valorem" para os produtos atualmente importados do Brasil são:

Nozes comestíveis	11%
Graxas de origem animal e vegetal	22%
Remédios	Livres
"Bijouteria"	30%

Dentre os produtos ou grupos de produtos correspondentes importados do Brasil, os que têm melhores perspectivas são os produtos farmacêuticos, cuja importação tem aumentado constantemente nos últimos 5 anos. Uma das causas dessa expansão é que o Brasil e a África Oriental têm condições climáticas semelhantes e muitos dos nossos remédios e preparados desenvolvidos para solucionar o problema de várias doenças tropicais, encontram aplicação e demanda nessa região da África.

Há, em potencial, grande procura de máquinas de costura baratas. No momento, além da "Singer" só se pode conseguir as alemãs e italianas, que são mais caras. Em vista de ter a "Singer" serviço extenso e bem estabelecido na África Oriental, é necessário arranjar algo semelhante para o produto brasileiro, como preliminar para que êle possa ser bem sucedido nesse mercado.

Existe um mercado considerável para veículos rurais, tais como jipes. Entretanto, o jipe brasileiro teria de competir com o DKW alemão (preço de cerca de 700 libras esterlinas, ou aproximadamente, 360 mil cruzeiros), com o Land-Rover inglês (cerca de 800 libras — pouco mais de 400 mil cruzeiros) e com o jipe americano; todos êsses são obtidos livremente e já se encontram bem estabelecidos no mercado.

As medidas para melhorar a posição comercial do Brasil na África Oriental Britânica dependem do tipo de mercado que se tem em mente. Se a intenção fôr vender aos africanos, por exemplo, produtos farmacêuticos ou máquinas de costura, anunciar na imprensa africana ou no cinema seria uma das mais acertadas medidas. No caso de jipes, anúncios na imprensa inglesa teriam de ser usados. De qualquer maneira, um dos primeiros passos, em qualquer propaganda, é a nomeação de agentes e a publicação sistemática de anúncios em jornais e revistas que circulem naquela área, que poderia encarregar-se, também, da transcrição do anúncio na imprensa local.

As feiras e exportações não são recomendáveis na primeira etapa, antes de se saber os resultados das medidas já citadas.

Mas se os resultados forem, em primeira instância, favoráveis, exibições, mesmo em pequena escala, em Nairobi, Kampala e Dares-Salaam, seriam então altamente aconselháveis; estas teriam de ser lançadas por meio de um "Cocktail Party", para o qual os principais importadores seriam convidados.

A África Oriental está ainda se recuperando da última recessão comercial e os estoques de quase todos os produtos, exceto veículos a motor, são ainda relativamente grandes. As rendas cambiais da África Oriental dependem ainda excessivamente do algodão, café, sisal e chá, produtos que estão no momento um tanto deprimidos nos mercados internacionais. Assim, a sua economia sofre, presentemente, de marcada morosidade econômica.

A questão do café é especialmente importante neste terreno, pois a nossa política cafeeira tem relação direta com as vendas da África Oriental e com a sua prosperidade. Se o Brasil vier, por exemplo, a reduzir significativamente os preços do seu café, com o fim de tirar aos africanos os mercados do seu produto, isso poderá resultar em algo bem parecido a um "boicote" dos produtos brasileiros na África Oriental.

A praça da África Oriental está inundada de tecidos baratos, de todos os tipos (japoneses, holandeses e indianos); de enorme quantidade de utensílios elétricos alemães e japoneses, e de artigos plásticos ou de borraça das mesmas origens. Esses produtos são, via de regra, de qualidade surpreendentemente boa e representam um razoável emprego de capital. Pelo menos no momento, há pouca esperança, portanto, de se colocar tais produtos brasileiros nesse mercado. Por exemplo, as popelinas japonesas de boa qualidade são vendidas aproximadamente a Cr\$ 120,00 por metro; os tecidos de algodão barato da Índia, a Cr\$ 60,00, por metro. Esse mesmo pano, de origem holandesa, qualidade um pouco superior, é vendido por Cr\$ 140,00 o metro.

No campo dos preços mais altos, os "nylons" e algodões japoneses concorrem, com bom êxito, com os do resto do mundo. Em matéria de tecido de qualidade, por uma questão mais de hábito, do que de qualquer outra coisa, os ingleses, franceses e suíços ainda dominam o mercado.

Como conclusão, podemos dizer que, com a adoção de eficientes métodos de venda, e com uma propaganda hábil, principalmente na imprensa, poderíamos obter êxito na ampliação das vendas de certos produtos, como os farmacêuticos e as máquinas de costura. O mercado de "jipes" também merece investigações mais cuidadosas. Os esforços bem dirigidos podem facilmente resultar em aumento do valor total das nossas exportações para essa região da África. E em 1958 (último ano para o qual há dados disponíveis), não foi além de libra 3.000 por ano, quantia verdadeiramente irrisória em relação às possibilidades desse mercado.